



CASA-CE

CONVERGÊNCIA AMPLA DE SALVAÇÃO DE ANGOLA

CONSELHO PRESIDENCIAL

COMUNICADO

O Conselho Presidencial da CASA-CE, no quadro da comemoração do dia internacional do trabalhador, que se celebra hoje em todo Mundo, torna público o seguinte comunicado:

1. A célebre e gigantesca conquista secular da humanidade, enraizada na manifestação do 1º de Maio de 1886, por mais de 500 mil trabalhadores de Chicago e a greve geral em todos os Estados Unidos, assim como, a manifestação no mesmo dia do ano de 1891 em França, mudaram todo o quadro jurídico-legal, para o mundo do trabalho à escala universal;
2. O dia 1º de Maio encerra para o mundo livre, um Marco Histórico indelével, ao determinar efectivamente, a grande viragem no processo do crescimento e desenvolvimento das sociedades e dos povos, e, contribuir positivamente, para o fim da Escravatura e da Exploração do Homem pelo Homem;
3. Em Angola comemoramos hoje, o dia internacional do trabalhador, num clima de contingência financeira, social e política, extremamente difícil na vida dos cidadãos de uma maneira geral, e em particular, dos trabalhadores angolanos, resultante do exercício danoso das funções executivas, por parte do Titular do Poder Executivo;
4. Os angolanos que enfrentaram todas as vicissitudes e intempéries, resultantes das más opções políticas do regime, em cerca de 41 anos de Independência, na expectativa de contribuir por uma Angola melhor e mais digna para todos os seus filhos, enfrentam enormes dificuldades sociais, que atentam contra a sua capacidade de acudir às suas necessidades primárias e da família, estando assim, o seu bem-estar, condicionado aos interesses da cleptocracia governativa;
5. O Executivo e o partido que o suporta, nunca estiveram interessados, ao longo do seu consolado, em definir políticas claras de geração de emprego, nem conferir ao angolanos a dignidade que merecem, quer por via do emprego que dignifica o homem, quer pelo salário que realize a verdadeira função social do trabalhador, justificando-se deste modo, a lapidar máxima da desgovernação, dirigida ao País, pelo Titular do Poder Executivo, segundo o qual, em Angola ninguém vive do seu salário, o que tem justificado o saque desenfreado do erário público e o enriquecimento ilícito;

6. O menosprezo que o regime dedica aos trabalhadores angolanos é manifestamente claro, na atribuição do salário mínimo injusto e irrealista, o que conduz ao aprofundamento das desigualdades sociais, entre a maioria dos angolanos pobres e dos poucos ricos, invariavelmente, ligados ao partido da situação;

7. A agravar ainda mais o já actual cenário sofrível dos angolanos, a nova Lei Geral do Trabalho imposta pelo MPLA, veio atribuir ao trabalhador angolano, um papel de mero servidor dos interesses do empregador, limitando os seus direitos laborais, o que denota, que o regime instalado em Angola à cerca de 41 anos, não está ao serviço da cidadania, mas na protecção dos interesses empresariais de alguns dos seus dirigentes, com incidência para os mais próximos ao Presidente da República;

8. Para se pôr cobro a este quadro lamentável e inaceitável, num País potencialmente rico, o Conselho Presidencial da CASA-CE, recomendou o seu Grupo Parlamentar, a retomar o debate sobre o salário mínimo nacional, e, à tomada de medidas legislativas, que tendam a propiciar ao trabalhador angolano, uma vida de bem-estar e dignidade;

9. A CASA-CE consagra no seu projecto de governação, o homem como o fim último das políticas públicas, com vista a garantir condições plenas para a realização das famílias, e, tudo fará, para alterar todas as práticas actuais, com vista a melhorar a vida dos angolanos em geral e dos trabalhadores em particular;

10. A CASA-CE reconhece que a vida do trabalhador angolano é de extrema penúria, mas encoraja a olhar para o futuro com esperança e crença que melhores dias virão, pelo que, face às políticas insensíveis, injustas e impopulares do Executivo, exorta os angolanos a manterem-se firmes, na luta pelos seus direitos inalienáveis, ao mesmo tempo que exige ao Titular do Poder Executivo, a mudar o quadro da pobreza extrema, que persiste e aprofunda cada vez mais, a periclitante vida dos angolanos.

Luanda, ao 1 de Maio de 2016

O Conselho Presidencial